

UNIVERSIDADES PARA O MUNDO

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO



Estratégias
para desbravar
fronteiras
e avançar
na qualidade
do ensino
superior

VALIDAÇÃO DE DIPLOMAS INTERNACIONAIS

Os processos no Brasil
e as funcionalidades
da Plataforma Carolina Bori

O INGLÊS É DE TODOS

Precisamos de alunos
e professores proficientes
e aulas ministradas no idioma

INOVAR PARA CRESCER

Pesquisa aplicada
é a chave da parceria
entre o mundo acadêmico
e o dos negócios

IGUALDADE E INCLUSÃO

Reduzir desigualdades
e dar oportunidades
e apoio para desprivilegiados

UNIVERSIDADES PARA O **MUNDO**

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

2018

REALIZAÇÃO



DIRETOR PRESIDENTE
Martin Dowle

GERENTE SÊNIOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E FUNDO NEWTON
Diana Daste

GERENTE DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Igor Arraval

GERENTE SÊNIOR DE MARKETING
Fernanda Medeiros

GERENTE DE MARKETING DIGITAL
Juliana Ferreira

ESTAGIÁRIA DE EDUCAÇÃO
Giovanna Forato

REPORTAGEM | EDIÇÃO
Beatriz Vichessi
Maggi Krause

DESIGN | DIREÇÃO DE ARTE
Carla De Franco
Cacau Tyla

ILUSTRAÇÕES
Cacau Tyla
Shutterstock

CAPA
Cacau Tyla com fotos Shutterstock



SUMÁRIO

INTERNACIONALIZAÇÃO **10** ➔

Entenda o processo, as estratégias fundamentais, o que fazer para dar certo e a situação atual no Brasil e no mundo.

DIPLOMAS INTERNACIONAIS: REVALIDAÇÃO E RECONHECIMENTO **26** ➔

Como funcionam os processos no Brasil e as ferramentas da Plataforma Carolina Bori, do Ministério da Educação (MEC).

O INGLÊS É DE TODOS **34** ➔

Não basta saber se fazer entender. Precisamos de alunos e professores proficientes e aulas ministradas no idioma.

INOVAR PARA CRESCER **46** ➔

Pesquisa aplicada é a chave da parceria entre o mundo acadêmico e o do business, com potencial para gerar grandes impactos.

IGUALDADE E INCLUSÃO **50** ➔

Reduzir desigualdades, dando oportunidades e apoio para desprivilegiados, é condição para a internacionalização real.

OPINIÃO **52** ➔

Especialistas brasileiros e de universidades do Reino Unido comentam sobre estratégias e desafios.

INTERNACIONALIZAR EM BUSCA DA EXCELÊNCIA

A palavra **universidade** implica em trazer aos alunos e pesquisadores o universo, ou seja, o melhor que há disponível em pesquisa e ensino no mundo. Entendo a internacionalização como um dos caminhos para isso. Mas, para que deixe de ser uma palavra da moda e se torne realidade, há um processo longo e, às vezes, doloroso.

Nos últimos 40 anos, o Brasil sofreu um isolamento na educação superior: a distância, o idioma, a falta de recursos e o legado de políticas anteriores influenciaram essa situação. Estatísticas dizem que 63% dos pesquisadores nunca teve uma experiência de pesquisa fora do Brasil e, de fato, a maioria não tem conexões além do raio de 100 quilômetros de sua instituição. Isso é um contraste quando se verifica que 24% dos pesquisadores em universidades do Reino Unido são de outros países e essa diversidade é um ingrediente fundamental para a excelência.

Em novembro de 2017, o British Council saiu em viagem pelo país com um grupo de especialistas do Brasil e do Reino Unido para debater uma abordagem de sucesso para as universidades bra-

sileiras. Pelo caminho, percebemos que é preciso, urgentemente, aumentar o número de pesquisadores, acadêmicos e gestores que consigam se comunicar, escrever e se apresentar em inglês.

Recebemos com alegria a nova política da Capes para incentivar a internacionalização das melhores universidades do Brasil. Nesse sentido, o British Council financia bolsas de pesquisa entre universidades britânicas e brasileiras para que trabalhem juntas em estratégias de internacionalização. A próxima fase será focar na melhoria da proficiência na língua inglesa nas instituições de ensino superior por meio de um edital para possibilitar a parceria de universidades do Reino Unido e do Brasil e prestadores de serviços de idiomas.

Nessa publicação, que serve tanto de relato dos encontros com acadêmicos em quatro regiões do país como de guia para os interessados no assunto, mostramos os passos essenciais para desenvolver a internacionalização. Tenho a confiança de que com o tempo, mais e mais universidades brasileiras poderão se envolver de verdade no cenário internacional, elevando seus padrões de excelência. ■



Martin Dowle
• Diretor Presidente do
British Council no Brasil



Marcelo Almeida

Diana Daste Marmolejo
Gerente Sênior de Programas de Ensino Superior

Internacionalização na ordem do dia

Como o British Council apoia esta agenda com diversas iniciativas, incluindo os seminários Universidades para o Mundo documentados nesta publicação

Globalmente, os desafios da internacionalização estão se desdobrando em abordagens diversas. Muitos países estão questionando o modelo de mobilidade estudantil de larga escala e começando a pensar sobre como outras formas de colaboração internacional, com melhor relação custo-benefício, podem ser implementadas. Embora uma tendência europeia esteja demandando mais preparo para receber estudantes de outros países (University of Twente, nos Países Baixos, 2016), as universidades asiáticas adotaram estratégias com base no modelo anglo-saxão de tornar os sistemas de ensino superior mais competitivos no âmbito global (Mok, 2007). Em todos os casos, a ordem do dia com relação à internacionalização de cada instituição está no centro do desenvolvimento de programas e políticas, com foco no de-

envolvimento das habilidades das universidades e das instituições de ensino superior para tirar proveito de redes globais e de sistemas educacionais cada vez mais integrados. O Brasil não é uma exceção à tendência.

A implementação do programa federal de mobilidade Ciência sem Fronteiras (CsF) mostrou grande impacto em escala mas também apresentou desafios no tocante ao preparo das instituições de englobar um processo de internacionalização mais abrangente, compreender os benefícios da mobilidade para o exterior e estarem aptas para absorver processos de mobilidade para o Brasil, levando a parcerias internacionais. Como resultado, uma nova estratégia de internacionalização está sendo desenvolvida em nível nacional, com foco no desenvolvimento de orientação internacional, para que as universidades ope-

rem efetivamente no cenário mundial e comprovando a necessidade de esforços de capacitação em diferentes níveis.

O British Council apoia esta iniciativa com diversos programas de capacitação, incluindo os Seminários Regionais de Internacionalização documentados nesta publicação. Tais seminários, baseados nas experiências do Reino Unido e do Brasil, abordaram temáticas centrais para processos de internacionalização nestes países.

Os assuntos foram identificados em diálogos com os principais públicos de interesse, entidades nacionais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), a Confederação Nacional de Agências de Fomento de Pesquisas (Confape) outras instituições brasileiras e britânicas.

O objetivo geral dos Seminários Regionais de Internacionalização foi discutir os desafios e oportunidades atuais de internacionalização para as universidades brasileiras e a capacitação em áreas estratégicas como:

- O desenvolvimento de estratégias de internacionalização em nível institucional/universitário.
- O inglês como meio de instrução (EMI) e comunicação eficaz para pesquisadores, decisores e administradores.
- O reconhecimento mútuo de qualificações (incluindo treinamento sobre como utilizar a Plataforma Carolina Bori, do MEC).
- Abordagens eficientes para lidar com pressões conflitantes entre acadêmicos, departamentos e interesses gerais da universidade ao selecionar áreas de excelência.

- A inovação como ferramenta para envolver as partes interessadas, levantar fundos e capacitar.

Os seminários tiveram foco regional e ocorreram nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, com direcionamento para a atração de instituições de ensino superior de diversas cidades e estados interessados em discutir esses desafios e fortalecer suas redes de relacionamento nacional e internacional. Discussões importantes estão documentadas nas páginas a seguir, bem como oportunidades e desafios apresentados pelas diferentes instituições, refletindo seus atuais processos e contextos.

Esta iniciativa se encaixa em um objetivo institucional maior de contribuição com a capacitação de instituições de ensino superior brasileiras, trazendo como resultado uma melhor condição para sua internacionalização e o aumento de habilidades para consolidar conexões mais fortes com parceiros internacionais. As oficinas regionais de internacionalização Universidades para o Mundo, juntamente com diálogos de políticas correspondentes e oportunidades de financiamento buscam fortalecer as habilidades de instituições do Brasil e do Reino Unido de negociarem acordos entre universidades e contribuir com processos de internacionalização e com políticas em níveis estaduais e federais. ■

“
Muitos países estão questionando o modelo de mobilidade estudantil de larga escala e começando a pensar sobre como outras formas de colaboração internacional, com melhor relação custo-benefício, podem ser implementadas.

”

INTERNACIONALIZAÇÃO

Para colher benefícios, primeiro é preciso vencer os desafios. É nesse estágio que se encontra a internacionalização no Brasil. Em 2017, entre as 320 instituições de ensino superior que responderam a uma pesquisa da Capes, 225 se consideraram pouco ou nada internacionalizadas. Nos seminários **Universidades para o Mundo**, os participantes apontaram a necessidade de objetivos claros e estratégias consistentes. Mas afinal, o que significa internacionalização? A mais celebrada definição é de Jane Knight, do Ontario Institute for Studies in Education: “um processo que integra as dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos, às funções primárias – de ensino, pesquisa e extensão – e à entrega da educação superior nos níveis institucional e nacional”. Ou seja, se bem feita, permite que o desenvolvimento mundial impacte as práticas regionais. O British Council apoia essa agenda e ajuda no fortalecimento de habilidades e capacidades de internacionalização das universidades brasileiras, tomando por base conhecimentos e experiências de instituições do Reino Unido nessa área.



Parcerias brilhantes

Internacionalizar é se posicionar no mundo e ampliar o desenvolvimento local

O mapa que ilustra estas páginas é uma arte gráfica criada com base em um banco de dados de pesquisas feitas em colaboração por especialistas situados em diferentes cidades do mundo (Scopus, baseado em artigos publicados entre 2008 e 2012). Quanto mais brilhante o ponto, maior o número de trabalhos com colaboração entre pesquisadores estrangeiros. Repare que centenas de linhas convergem para o Reino Unido, centro de muitas redes de cooperação acadêmica no mundo.

As parcerias entre instituições de ensino superior de diversos países são um dos resultados mais festejados da internacionalização. Não só estimulam trocas de conhecimentos, mas fortalecem projetos e ampliam sua divulgação, levando a um maior número de citações dos papers. Dessa forma, eles produzem mais impacto e, por consequência, colocam as universidades em posições de relevância. Isso é particularmente importante para as instituições de ensino superior no Reino Unido e dos Estados Unidos, pois dependem financeiramente das *tuition fees* dos alunos. Quanto mais relevantes em termos globais, maior o número de estudantes nacionais e estrangeiros que irá procurar vaga em cursos regulares ou programas de férias e maior será a atra-

ção de docentes de outros países.

Esse aspecto impulsiona, sem dúvida, a internacionalização nas universidades do hemisfério norte, mas o desejo por colaboração global e intercâmbio acadêmico atinge cada vez mais países, sedentos pelo desenvolvimento de suas ofertas educacionais e científicas. No Brasil, o primeiro item a compor as estratégias das instituições de ensino superior foi a mobilidade, ou seja, o envio de estudantes e acadêmicos para universidades de ponta em suas áreas no exterior. No entanto, internacionalização vai muito além desse tipo de ação. O conjunto de seminários Universidades para o Mundo – organizados pelo British Council em novembro de 2017 em pólos universitários no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil – revelou que esse universo é muito mais complexo e cheio de possibilidades. Nos encontros, ficou claro que internacionalizar é um processo contínuo que pressupõe lidar com objetivos, estratégias e desafios. E eles variam muito graças à imensa diversidade de universidades brasileiras. As secretarias de relações internacionais e os núcleos de línguas cumprem papéis determinantes nos esforços para se inserir no mundo e, com isso, beneficiar a comunidade local e o desenvolvimento regional. ■

Objetivos bem definidos

Analisar o perfil da comunidade acadêmica e saber onde se quer chegar é essencial



Em Curitiba, na sede da Fiep, profissionais conversam durante workshop.

Marcelo Almeida

Antes de conquistar o mundo, vale a pena se debruçar sobre alguns conceitos e rever o que já está estabelecido na própria instituição. Qual é a missão, quais as visões e os valores de uma universidade, seja ela pública ou privada? São essas referências que guiarão todas as estratégias. É recomendável analisar os principais interessados na iniciativa e entender quais são os resultados desejados pela instituição no médio e longo prazo. “Internacionalizar é uma estratégia. Não é um fim em si mesmo, mas serve como meio para alcançar objetivos de qualidade na educação superior. Abre espaço para projeção internacional e finca valores como a colaboração”, resume Aldo Nelson Bona, Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e Presidente da Abruem.

Para internacionalizar de fato, é preciso ter um *approach* institucional, que passa por uma mudança de cultura dentro da universidade. Até hoje, muitos intercâmbios científicos se devem a iniciativas individuais de pesquisadores que buscam agências de fomento nacionais (Capes/MEC) ou estaduais (fundações de amparo à pesquisa, como Fapesp e Fapemig).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criou seu Comitê de Internacionalização em 2002, por conta do crescimento das atividades. Atualmente, a UFMG faz parceria com mais de 400 instituições, 51 países e tem 200 acordos na graduação, entre convênios de cooperação, pesquisa e alunos intercambistas. Criou até uma seleção unificada para seus programas de intercâmbio de graduação, o Minas Mundi, em que todo o processo é online. Seu centro de desenvolvimento de línguas é considerado modelo no Brasil.

“Há 4 anos, a UFMG repensa sua estratégia de internacionalização, que passa de individual para institucional. Isso significa que é preciso buscar parcerias mais simétricas, com reciprocidade e complementaridade. Se envio para o exterior um aluno de doutorado altamente qualificado, o que ganho em troca? Ele forma uma pequena rede, pois tem orientador aqui e lá. É interessante mandar um grupo maior de alunos para uma universidade específica, assim essa rede de colaboração se amplia”, explica Fábio Alves, Diretor de Relações Internacionais da UFMG. ■

“Devemos buscar a internacionalização fazendo parcerias com países que estão à frente do Brasil em produção tecnológica, como Noruega e Japão, sem deixar outros de lado.”

Laerte Ferreira, membro da diretoria de Relações Internacionais da Capes

PARA QUE SERVE A INTERNACIONALIZAÇÃO?

- Articular o global para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento local
- Melhorar qualidade, pertinência, relevância do ensino, da pesquisa e da extensão
- Articular a instituição no contexto mundial da educação superior
- Abrir novos espaços para a projeção internacional e a vinculação com redes acadêmicas
- Consolidar valores como a cooperação e a solidariedade na cultura institucional
- Ampliar oportunidades de inserção dos formandos no mercado de trabalho

O Brasil em números

Precisamos fortalecer processos, consolidar parcerias e subir posições em rankings

Conhecer a realidade interna das nossas universidades e sua situação em relação ao mundo ajuda a compreender o que é necessário para atingir o patamar de internacionalização e fazer com que a pesquisa realizada no Brasil seja realmente impactante e reconhecida no exterior. Estudos revelam que a produção científica brasileira está em declínio, mais da metade das universidades declaram não ter um plano estratégico para receber visitantes internacionais. Fique por dentro de alguns dados do perfil nacional. ■

A produção científica do Brasil tem oscilado negativamente.

No índice de inovação global, o país perde para países como Costa Rica, México, Uruguai, Chile e Colômbia.

Em **2011**, estava na **47ª posição**.

Em **2016**, na **69ª**.

Fonte: Times Higher Education

63% dos pesquisadores brasileiros nunca deixaram o país para fazer pesquisa no exterior. Isso reflete em um impacto **24%** menor na média global e de **40%** menor em citações.

Fonte: Elsevier



Em Salvador, no IFBA, momento de troca de ideias entre os participantes.

Fernando Vivas

Em resposta a um questionário da Capes sobre internacionalização, de **430** instituições de ensino superior com pós-graduação, **320** responderam (74,5%):
176 alegam ser pouco internacionalizadas e **49** não ser internacionalizadas.

- Somente **8** se consideram altamente internacionalizadas e **88** com nível médio de internacionalização.
- **168** não têm plano de internacionalização.
- **110** pediram ajuda à Capes para desenvolver o plano.
- **24** alegam não ter condições de implementar a internacionalização.

Sobre mobilidade ativa, **84%** das instituições dizem ter condições de receber visitantes, porém **64%** delas não têm um plano estratégico para isso.

Fonte: CAPES, 2017



Lição de casa

Networking em Seminário Universidades para o Mundo na UFMG.

Pedro Silveira

Iniciativas institucionais e individuais para fazer a mudança acontecer

Instituições de ensino superior que alcançaram a internacionalização têm algumas características marcantes, dentre elas: mobilidade discente e docente, participação em redes internacionais e multilaterais de pesquisas e boas relações com pessoas de outros países. “Para chegar lá, a reitoria precisa estar engajada em missões de visita a universidades estrangeiras, atenta para firmar acordos bilaterais”, explica Haroldo Reimer, Presidente da Câmara de Internacionalização e Mobilidade da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). “É um desafio encontrar as estruturas e as ini-

ciativas certas para a universidade prosperar e alcançar resultados”, diz Telma Nunes Gimenez, Assessora de Relações Internacionais da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Aliado aos investimentos institucionais, é imprescindível não deixar de lado o hábito de apoiar de forma sistemática as iniciativas individuais, ajudando pesquisadores a participar de editais, fazer doutorado-sanduíche custeado por agências de fomento, tirar licenças sabáticas e circular, fazendo *networking* em conferências internacionais. Telma ainda ressalta a importância de reforçar o investimento em formação continuada vinculada à formação em inglês. ■

10 PASSOS PARA INTERNACIONALIZAR



Fonte: Luciane Stallivier, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O QUE PRECISA SER FEITO NA UNIVERSIDADE PARA PROMOVER MUDANÇAS EFETIVAS?

Check list de atividades

- Apoiar iniciativas individuais.
- Fazer uma boa gestão da demografia institucional.
- Estimular iniciativas de mobilidade.
- Promover mudanças pedagógicas e curriculares.
- Incentivar a colaboração entre universidades de vários países.
- Construir redes de *networking*.
- Divulgar a cultura da internacionalização dentro do campus.

Fonte: Audrey Heppleston, Gerente de Financiamento da Divisão de Pesquisa e Inovação da University of East Anglia



Passos certos

Como a Universidade Federal de Santa Catarina está encaminhando a internacionalização

Gestão comprometida, decisão sobre políticas e práticas, incentivo à mobilidade e estabelecimento de regimes de colaboração e parcerias são os pontos de maior investimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para sua internacionalização. “É uma estratégia transversal, que abarca todas as instâncias da instituição de ensino e tem como foco, principalmente no início do processo, as políticas linguísticas”, explica Lincoln Fernandes, Secretário de Relações Internacionais.

O primeiro passo foi estabelecer contato

com todos os secretários da universidade e pró-reitores, a fim de conscientizá-los e comprometê-los com a tarefa. “Criamos um comitê com todos, com reuniões quinzenais para discutir as mudanças. Assim, eles se sentem responsáveis pelo que acontece. Não foi fácil, mas conseguimos”, diz Fernandes. Uma das primeiras tarefas compartilhadas foi discutir as ações que poderiam ser feitas por cada membro para contribuir com o plano de ação. Com essas atitudes, a UFSC colocou em prática o ciclo da internacionalização (veja a ilustração).



Fonte: Adaptado de Knight e Wit (2007)

Depois, a universidade resolveu questões bastante simples e práticas, porém essenciais:

- Tradução para o inglês dos sites da universidade (a fim de otimizar o processo e evitar a necessidade de atualizações frequentes, foram criadas páginas estáticas).
- Tradução para o inglês de modelos de documentos emitidos pela instituição, os nomes das disciplinas e ementas.
- Elaboração de catálogo em inglês com

nome de disciplinas da pós-graduação e graduação e das ementas para envio aos parceiros, visando atrair alunos estrangeiros para o Brasil.

- Revisão de todas as regras dos testes de proficiência e uniformização das terminologias acadêmicas.

Todas as ações descritas foram feitas sem investimento de recursos financeiros. Fernandes explica que utilizaram a própria estrutura e pessoal da universidade.

ENGLISH AT UFSC

Na instituição, a perspectiva é plurilingual: todas as línguas interessam. No entanto, seguindo a orientação estabelecida pelo Idiomas sem Fronteiras (IsF), a prioridade inicial é a língua inglesa, por conta da praticidade e por ser ela quem dá sustentação à internacionalização. A política linguística firmada na UFSC tornou o inglês obrigatório para mestrado e doutorado. Para ajudar a comunidade acadêmica, a universidade oferece vagas para cursos de idiomas em parceria com centros de línguas da própria instituição. Também existem cursos de idiomas presenciais e online para quatro campi (Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville) e *winter e summers schools*, financiados pelas escolas de extensão, ministrados exclusivamente *in English, of course*.



Ações de internacionalização nas universidades incluem a presença de mais estudantes

A internacionalização em casa abrange o currículo acadêmico, as interações entre os estudantes locais e internacionais e os professores, o cultivo de tópicos de pesquisa internacionais e até o uso inovador da tecnologia. Uma das mais recentes definições, de Jos Belem e Elspeth Jones*, diz que a iniciativa “tem o propósito de integrar dimensões internacionais e interculturais no currículo formal e informal para todos os alunos dentro do seu ambiente doméstico de aprendizagem.”

Segundo Carlos Alberto Kamiensky, Assessor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), fundada em 2006, a internacionalização em casa faz parte do plano estratégico da instituição. Isso fica visível ao ter sido eleita a primeira do ranking universitário do jornal Folha de S. Paulo por quatro

anos consecutivos (no quesito internacionalização). Mais de 20 cursos acontecem na modalidade EMI (*English as a Medium of Instruction*). “Criamos cursos específicos de EMI em 2017 para apoiar os professores interessados, que hoje são mais de 30. Temos uma política interna que incentiva os docentes a tirar um período sabático no exterior. E estruturamos uma parceria com a UN State University, de Detroit, nos Estados Unidos, em que os estudantes daqui e de lá trabalham à distância em projetos conjuntos”, conta Kamiensky.

A oferta de cursos em inglês também atrai a vinda de alunos de fora do Brasil, o que impacta positivamente o dia a dia de estudantes, professores e funcionários. Para isso, as universidades brasileiras ainda estão pouco preparadas, não tendo, por exemplo, alojamentos para visitantes. Outro ponto importante e muitas vezes menosprezado é a versão do site da instituição em inglês. No caso da UFABC, ele foi todo refeito, não só traduzido. “É importante pensar na experiência do aluno ou do pesquisador e um website atrativo para estrangeiros é relevante para demonstrar presença internacional”, ensina Audrey Heppleston, da University of East Anglia (*leia entrevista na página 24*). Na instituição, os níveis de colaboração internacional e o uso da tecnologia já estão tão avançados que um dos próximos passos é planejar doutorados online.

Em terras brasileiras, uma das grandes barreiras ainda é língua (*leia o capítulo 3*). “Para fazer a internacionalização é preciso dar aulas em inglês. Só que o EMI ainda está tateando no Brasil e os professores das instituições privadas estão sobrecarregados, precisam fazer de tudo um pouco”, expõe Rita Louback, Assessora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Esses cursos, oferecidos desde 2016, têm sido uma boa experiência para alunos e professores na Unifacs, uma das maiores uni-

versidades particulares da Bahia, integrante da rede Laureate International Universities desde 2010. “Os alunos precisam ter um nível mínimo comprovado B2 para serem elegíveis”, explica Diana Faraon, Coordenadora do Escritório Internacional da Unifacs, que aponta como desafio conseguir docentes bem preparados. O objetivo é criar uma sala de aula globalizada para fomentar a internacionalização em casa e atrair estudantes internacionais.

Outra forma de chamar a atenção de alunos estrangeiros foi testada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que recebeu cerca de 35 estudantes por duas semanas para um curso de estudos brasileiros, ministrado inteiramente em inglês, com oferta gratuita de alimentação, estadia e atividades culturais. “Quando esses estudantes são bem recebidos, se motivam a ficar um semestre ou um ano conosco e levam para casa uma propaganda positiva da universidade”, relata o Diretor de Relações Internacionais Fábio Alves, para quem eventos desse tipo servem para consolidar a cultura de internacionalização dentro da UFMG.



Carlos Alberto Kamiensky, da UFABC: “Oferecemos cursos específicos de EMI para professores”.

Pedro Silveira

PARA INTERNACIONALIZAR EM CASA

- **Reforçar o ensino de línguas.**
- **Oferecer cursos de graduação e pós-graduação em inglês.**
- **Encorajar os docentes, ministrando cursos de EMI.**
- **Ampliar a oferta de palestras e workshops em inglês.**
- **Instituir programas e atividades com foco em assuntos globais.**
- **Adaptar o site da instituição para o público internacional.**
- **Criar um ambiente acolhedor e apoiar a integração de estudantes estrangeiros.**
- **Alinhar as expectativas de aprendizagem para competências e resultados reconhecidos internacionalmente.**
- **Usar a tecnologia para estabelecer colaborações a distância com instituições no exterior.**

* *Redefining Internationalization at Home*, 2015.



Estratégia BEM PLANEJADA

Para **Audrey Heppleston**, Gerente de Financiamento de Pesquisa Internacional e Pós-Graduação da University of East Anglia, no Reino Unido, clareza de objetivos antecede ações de parcerias

Quais são os maiores benefícios da cooperação internacional quando se trata do meio acadêmico?

Diferentes universidades se beneficiam de forma diversa de ligações internacionais. Há quem colabore externamente para aprimorar uma área de docência ou para melhorar a empregabilidade de seus estudantes. Instituições de pesquisa intensiva precisam ter presença global para recrutar os melhores estudantes e staff para incrementar o alcance de suas atividades. É crítico identificar esses benefícios antes de elaborar uma estratégia internacional, pois planejamentos genéricos terão valor limitado e serão difíceis de implementar na prática.

Como foi construída a estratégia de internacionalização da UEA?

Ela é uma combinação de *approaches top-down* e *bottom-up*. No que diz respeito à área

institucional, identificamos regiões prioritárias para construir parcerias internacionais de longo prazo, aumentar nossa influência e reputação. Mas, para estabelecê-las, consideramos a qualidade das ligações preexistentes, já que os acadêmicos líderes nas colaborações precisam ver valor nelas para erguer parcerias sustentáveis. Um exemplo interessante que temos em nossa universidade é a relação estabelecida com o Japão. Temos um centro de estudos japoneses e um grupo de diálogo com esse país com o objetivo de analisar possibilidades de todas nossas faculdades e escolas, tanto em relação à pesquisa quanto à docência.

Qual seria um passo essencial para uma universidade se internacionalizar com eficácia?

Enfatizo a importância de analisar o contexto local e nacional no desenvolvimento da estratégia, já que as prioridades e os approaches costumam variar até entre regiões de um mesmo país. É preciso considerar, por exemplo, a demografia institucional, tanto da perspectiva dos acadêmicos como dos estudantes. A alta proporção de professores e estudantes internacionais é um grande patrimônio das universidades no Reino Unido. Ela aprimora a experiência de estudos, cria redes profissionais internacionais e contribui para a reputação no exterior. Essa diversidade estudantil no Reino Unido é facilitada porque o inglês é o segundo idioma de muitos e também devido aos esforços de recrutamento, pois 40% do orçamento do ensino superior depende das *tuition fees*.

Como o estudo de contextos e necessidades ajuda as universidades a encontrar boas parcerias no exterior?

O contexto local e a história dão forma à missão institucional. A colaboração com parceiros que pensam da mesma maneira pode ser fantástica

para avançar nos objetivos de internacionalização. A University of East Anglia é membro-fundador da rede Aurora (www.aurora-network.global), um grupo de nove universidades europeias com valores e objetivos comuns. Embora essas instituições operem em sistemas educacionais bastante diferentes, sempre aprendemos umas com as outras para seguir oferecendo a melhor qualidade de pesquisa, serviços profissionais e docência.

Alguma recomendação para as instituições de ensino superior brasileiras, considerando os desafios econômicos e culturais do país?

De uma perspectiva do Reino Unido, um caminho são os programas de financiamento, como os do Fundo Newton e Fundo Global Challenges Research. Um aspecto chave de ambos é a criação de parcerias para apoiar pesquisas de alta qualidade que geram impacto no país. É uma oportunidade para construir parcerias internacionais alinhadas com as necessidades de pesquisa do Brasil.

Como iniciar a internacionalização em uma universidade que dispõe de poucos recursos?

O primeiro passo nesse processo é saber por que a instituição precisa se internacionalizar. Ter clareza sobre isso permite estabelecer prioridades, já que os recursos são sempre limitados. Sugiro começar procurando embaixadores em potencial. Os acadêmicos que podem contribuir com essa agenda são os que têm ligações internacionais por terem mudado de país, estudado ou trabalhado no exterior, ou que possuem uma especialidade de pesquisa internacional. Buscar essa massa crítica de indivíduos permite ter acesso a exemplos que sirvam de base e aprendizado na fase de experimentação.

POR DENTRO

UNIVERSITY OF EAST ANGLIA EM NÚMEROS

1º lugar no Reino Unido em impacto de pesquisas sobre meio ambiente.

TOP 15 no Reino Unido em pesquisas de impacto.

1º lugar no Reino Unido em qualidade de pesquisas de impacto. (Leiden 2015)

82% das pesquisas classificadas como de excelência internacional. (REF 2014)

DIPLOMAS INTERNACIONAIS: REVALIDAÇÃO E RECONHECIMENTO

O processo de internacionalização das universidades passa necessariamente pela implementação de um sistema sólido e confiável para fazer a revalidação e o reconhecimento de diplomas estrangeiros (o primeiro, processo para graduação e, o segundo, para mestrado e doutorado *stricto sensu*). Existem diversos modelos ao redor do mundo para isso.

Desde 2017, no Braisl, um grande avanço está se consolidando com a Plataforma Carolina Bori, da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC. A ferramenta online organiza o fluxo dos processos, otimizando a relação entre universidades e requerentes (*leia mais nas páginas seguintes*). Ainda assim, no Brasil, é necessário qualificar mais a forma de analisar a grade curricular cursada pelos requerentes, focando a avaliação não na correspondência direta entre as disciplinas cursadas e a carga horária cumprida, mais sim nas habilidades e competências desenvolvidas durante o curso (*leia a entrevista na página 32*).

Plataforma Carolina Bori

Online, o sistema brasileiro facilita processos para universidades e diplomados no exterior

Por meio de um convite do MEC, reitores de universidades públicas e particulares de todo o Brasil já aderiram (e ainda podem fazê-lo, mesmo não tendo sido convidados) à Plataforma Carolina Bori (**plataformacarolinabori.mec.gov.br**). Com acesso consolidado, a instituição pode oferecer aos requerentes diplomados no exterior informações sobre documentação exigida para revalidação ou reconhecimento de diplomas, cursos e programas, capacidade de atendimento simultâneo e valores das taxas de serviços. E para eles, por sua vez, o sistema permite cadastro, lista e seleção das universidades disponíveis para revalidar ou reconhecer, acesso à lista de documentação exigida e o envio da solicitação. Ou seja, todo o processo é encaminhado pela internet – exceto a etapa de entrega de documentos originais. “Além disso, a comunicação entre ambas as partes se dá por meio da plataforma, evitando deslocamentos desnecessários, inclusive para quem mora no exterior,

e desencontro de informações por telefone e e-mail, e o sistema permite acompanhar o status do pedido com mais transparência, já que etapas e situação devem ser documentadas na Carolina Bori”, diz Eliane Feres, Coordenadora da plataforma.

O uso da ferramenta como ponte para o processo de revalidação e reconhecimento não é obrigatório. Entretanto, a partir de 2018, todas as instituições de ensino superior devem registrar regularmente informações referentes aos processos já encerrados por elas.

Como fonte de consulta segura sobre os processos para alunos e reitores, funciona de forma paralela à plataforma o Portal Carolina Bori (**carolinabori.mec.gov.br**). Ao acessá-lo, qualquer pessoa tem acesso livre à legislação vigente, orientações necessárias sobre revalidação e reconhecimento de diplomas, respostas sobre o pedido por parte dos requerentes e trâmites que são responsabilidades das instituições de ensino superior.



Marcelo Almeida

Eliane Feres, Coordenadora da plataforma: “É possível acompanhar o status do processo online”.



CHEGA DE DÚVIDAS

É possível solicitar a revalidação ou o reconhecimento em mais de uma instituição, simultaneamente?

Não. O pedido deve ser feito somente para uma universidade.

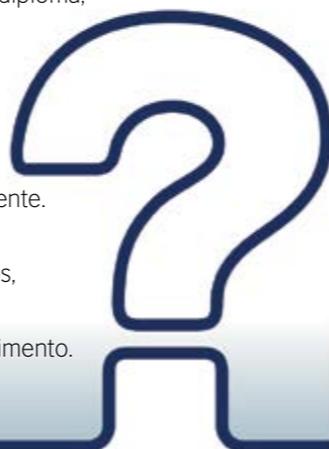
Existe uma lista prévia de cursos ou universidades estrangeiras cujos diplomas podem ou não ser revalidados ou reconhecidos no Brasil?

Não. Todas as instituições de ensino superior têm autonomia para reconhecer ou negar o reconhecimento de um diploma, tomando por base conceitos próprios de avaliação.

Quais instituições podem revalidar e reconhecer diplomas estrangeiros?

Para revalidar, universidades públicas que ministrem curso reconhecido no mesmo nível e área ou equivalente.

E, para reconhecer, instituições públicas ou privadas credenciadas com cursos de pós-graduação avaliados, autorizados e reconhecidos pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) na mesma área de conhecimento.



Até novembro de 2017, a plataforma já contava com mais de 2 mil usuários cadastrados e contabilizava mais de 2 mil solicitações iniciadas, além de 500 em pré-análise e 400 já na fase de análise acadêmica.

Embora a iniciativa seja recente, o MEC já vislumbra que com o passar do tempo Carolina Boris se transforme em um verdadeiro banco de dados, informando sobre as instituições de ensino que já revalidaram ou reconheceram diplomas de cursos similares aos deles. No mais, será um espaço de informação para o estabelecimento de políticas de internacionalização da educação superior brasileira.

Mesmo com tanto suporte tecnológico para colaborar com os processos de revalidação e reconhecimento de diplomas, Eliane Feres esclarece que as universidades seguem tendo total autonomia para deferir ou não o pedido de quem estudou no exterior em relação ao diploma. “A plataforma Carolina Bori funciona como um percurso, não tem poder de julgamento”, diz ela. Da mesma forma, a ferramenta do MEC não define nada a respeito da tramitação simplificada – essa questão tem a ver, exclusivamente, com os casos definidos na Portaria Normativa nº 22/2016 do MEC e na forma indicada pela Resolução CNE/CES no 3, de 2016. ■

PASSO A PASSO VIA CAROLINA BORI



DE OLHO NOS PRAZOS

30 dias, no máximo, para a instituição informar ao requerente a necessidade de adequação documental e a possibilidade de abertura ou não do processo, após receber a documentação que acompanha a solicitação de revalidação/reconhecimento.

30 dias, no máximo, para a instituição identificar se é preciso apresentar documentação suplementar ou não, depois de começar o prazo de análise da documentação.

60 dias, no máximo, para o requerente entregar a documentação suplementar pedida.

180 dias para revalidação ou reconhecimento.



Weimer Carvalho

FOCO NAS habilidades

Peter Wood, Gerente de *Individual Services* da UK National Academic Recognition Information Centre (NARIC), fala sobre o processo de validação de diplomas

Qual deve ser o ponto principal na análise do diploma de quem quer estudar no exterior ou estudou fora e está voltando a seu país de origem?

A questão mais importante que deve ser considerada é se o aluno está suficientemente preparado para o curso que está pleiteando ou para o trabalho para o qual estudou.

Quais cuidados as instituições devem ter para não discriminar ao analisar diplomas e pedidos de admissão?

Há diferentes formas de reconhecimento possíveis. O método usado pelo NARIC faz com que o processo seja simples e consistente. As decisões são baseadas no que dizem as autoridades do país de origem e na compreensão dos processos de garantia de qualidade. Cada sistema de educação é único e nem sempre existe qualificação ou nível que corresponde àquele válido no exterior. Ou seja, as diferenças não podem ser barreiras para o reconhecimento.

Quando um diploma estrangeiro é indeferido no país de origem do aluno, pode ser que ele prefira seguir no

exterior. Por que isso é um problema?

É a chamada fuga de cérebros, geralmente provocada por condições desfavoráveis no país de origem. Se o aluno estudou para obter um status profissional mas não é capaz de colocar as habilidades em prática devido a regras de reconhecimento restritivas de seu país, a melhor opção que lhe resta pode ser permanecer no exterior para aplicar o que aprendeu.

Universidades insistem em analisar a grade de horário e o nome das disciplinas para validar diplomas.

Qual o problema dessa prática?

Contabilizar horas de estudo para tomar decisões de reconhecimento mensura a entrada do estudante e não a saída dele da universidade. Ou seja, não avalia o rendimento, as habilidades e competências adquiridas. A correspondência de conteúdo é outra maneira ineficaz de reconhecer qualificações porque ignora as inevitáveis diferenças nos planos de estudo. Alunos escolhem estudar ou se dedicar a pesquisas no exterior para obter habilidades e conhecimentos que podem não estar disponíveis dentro do sistema educacional de seu país. Se o único conteúdo que é reconhecido na volta é aquele que corresponde ao oferecido pela instituição do país de origem, qual o ganho?

NARIC é uma agência designada pelo governo do Reino Unido para reconhecer e avaliar diplomas internacionais. Com quais países tem acordo bilateral? No caso do Brasil, existe algum?

O papel do NARIC nos acordos de reconhecimento mútuo é liderar os comitês técnicos bilaterais para elaborar o conteúdo dos tratados, assinados entre os governos. Temos acordos com China, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Chile, México e Colômbia. Sobre

o Brasil, o fato de que a responsabilidade pelo reconhecimento de qualificação de ensino superior depende de cada universidade significa que um acordo entre governos sobre o reconhecimento não é possível.

A burocracia de análise e validação de diplomas é ainda uma barreira em muitas instituições mundo afora. O que NARIC faz para não cair nessa armadilha?

Usamos uma abordagem baseada em precedentes, considerando muitas pesquisas sobre sistemas e qualificações. Isso permite fazer um julgamento de valor quanto aos resultados de aprendizagem de uma qualificação e alinhá-los com o sistema de educação do Reino Unido. Assim, evitamos a necessidade de uma análise detalhada do conteúdo de cada qualificação e o processo é mais rápido, o custo benefício, vantajoso. Esse esquema não interfere na autonomia das instituições, que podem tomar as próprias decisões. Porém, ele orienta os processos de tomada de decisão.

Quais as dificuldades das universidades brasileiras para validar diplomas estrangeiros?

Todos os responsáveis pelo processo de internacionalização com os quais conversei admitem que o sistema de correspondência de conteúdo é uma abordagem errada e falaram positivamente sobre as mudanças que a Plataforma Carolina Bori, do Ministério da Educação (MEC), pode impactar. Embora exista uma nova legislação (Portaria Normativa nº 22/2016), que dá mais flexibilidade à validação, pode ser difícil desenvolver novas abordagens, centradas nas habilidades e competências, pois as práticas atuais, focadas em comparar cargas horárias, parecem estar bastante incorporadas no país. ■

“ Se o único conteúdo que é reconhecido na volta é aquele que corresponde ao oferecido pela instituição do país de origem, qual o ganho? ”

O INGLÊS É DE TODOS

Língua estrangeira. Era assim que se denominava qualquer outro idioma que não fosse o materno. Graças à globalização e às necessidades de comunicação além das fronteiras, esse conceito vem mudando. “Língua não tem dono, podemos usá-la e fazer dela a nossa também. O inglês pertence a qualquer pessoa, e da forma como quiser falá-lo, desde que se faça entender”, diz John Knagg, Diretor Global de Inglês para Sistemas de Educação do British Council. A pesquisadora de políticas linguísticas Simone Sarmiento conta que em boa parte dos núcleos de línguas das instituições de ensino superior, a palavra **estrangeira** vem sendo trocada por **adicional**. Ela ressalta que o inglês não é mais um diferencial e sim uma necessidade. É o idioma da disseminação científica, por meio dele acessamos bibliografia de referência, pesquisas antigas e recentes e são estabelecidos contatos e parcerias internacionais. Para levar adiante a internacionalização, as universidades brasileiras dependem da proficiência e precisam construir estratégias para aprimorá-la.

Barreiras inspiram a mudar

Fernando Vivas

Como um programa de intercâmbio expôs a fragilidade linguística nacional

Em 2011, o Brasil despertou de um longo período de isolamento acadêmico e linguístico diante do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Em quatro anos, o CsF distribuiu cerca de 94 mil bolsas de intercâmbio no exterior para alunos de graduação e pós-graduação. Sua criação expôs de forma cruel as deficiências do ensino de idiomas no país: os universitários não tinham proficiência suficiente para acompanhar os estudos fora, não havia centros de avaliação em larga escala para atestar seus níveis de conhecimento e nem uma política

efetiva para o ensino de línguas adicionais na educação básica e na superior.

Os candidatos do CsF para uma graduação-sanduíche em Portugal passaram de 40 mil no primeiro ano do programa (2012), deixando evidente a barreira do inglês. Para estimular o estudo da língua, o MEC cortou primeiro a participação de universidades portuguesas da lista de instituições. Depois, lançou o programa Inglês sem Fronteiras em dezembro de 2012 (renomeado como Idiomas sem Fronteiras, IsF, por incluir outras línguas, em novembro de 2014). Seu principal objetivo é incrementar a aprendizagem de idiomas no sistema de ensino superior brasileiro. E o

IsF segue crescendo, mesmo depois de mudanças importantes no CsF, que perdeu os intercâmbios na graduação (a Capes mantém editais para bolsas de pós-graduação, pós-doutorado e estágio sênior no exterior e concedeu 5 mil delas em 2017). Atualmente, há quase 200 centros de línguas em instituições de ensino superior.

A importância dos Núcleos de Línguas

“Há professores que deixam de oferecer bibliografia em inglês, pensando que excluiriam alunos, mas assim não mostram as referências mais importantes da área nem sinalizam a real importância do domínio da língua”, discute Simone Sarmiento, Professora de Pós-Graduação de Letras e Coordenadora Pedagógica do IsF - Inglês da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo ela, os conhecimentos de língua inglesa ainda estão bem abaixo do esperado e o estudante logo “bate no teto”. Isso porque o aprendizado de línguas adicionais na educação básica ainda é privilégio das classes sociais mais abastadas. Para atenuar o desequilíbrio, entre 2013 e 2014, a maioria das universidades federais e estaduais criaram Núcleos de Línguas (Nucli). As estratégias de cada um variam, principalmente de acordo com a comunidade acadêmica e estudantil. “Além de oferecer aulas de idiomas, é possível ampliar e naturalizar práticas nas disciplinas curriculares como estimular leituras, conduzir aulas de laboratório e oferecer palestras e workshops e pedir a redação de relatórios em inglês”, relata Simone. Na UFRGS, professores bolsistas (alunos de licenciatura em Letras com nível mínimo C1) dão aulas. Além disso, o Nucli aplica exames de proficiência e orienta professores que querem dar aulas em inglês (EMI) a utilizar metodologias ativas de ensino.

O potencial do ensino a distância

Uma das ferramentas disponibilizadas pelo IsF é o curso em plataforma digital My English Online (www.myenglishonline.com.br), gratuito para professores e o corpo técnico-administrativo de instituições de ensino superior públicas e estudantes de universidades públicas e privadas. O ensino a distância tem o potencial de incrementar a oferta e ser uma alternativa para quem precisa aumentar seus conhecimentos (*entenda os níveis de proficiência nas páginas seguintes*).

Uma das missões do British Council é aprimorar o ensino e a aprendizagem da língua inglesa no sistema educacional brasileiro, onde também é um dos maiores fornecedores de avaliações de nível do idioma, com o exame International English Language Testing System (IELTS). Com expertise reconhecida globalmente em English Language Teaching (ELT), que inclui metodologias, desenvolvimento de currículo e uso de tecnologias, o British Council também promove consultorias para políticas linguísticas em diversas instituições de ensino superior ao redor do mundo e possui um site específico para o aprimoramento de professores de língua inglesa (www.teachingenglish.org.uk). ■

PARA QUE ENSINO E APRENDIZADO DO INGLÊS SEJAM PRIORIDADE NO PAÍS

É preciso reposicioná-lo.

Ele não pode ser visto como um idioma de uma cultura estrangeira e sim reconhecido como uma habilidade básica para as relações internacionais.

A qualidade da educação deve melhorar.

Para que a proficiência em língua inglesa alcance todos os setores e não só as elites, os governos devem lidar com assuntos como a equidade por meio da educação pública.

O nível de proficiência desejável para acompanhar o dia a dia acadêmico é o C1

O padrão para descrever os conhecimentos em um idioma cada vez mais reconhecido ao redor do mundo é o Common European Framework of Reference for Languages (CEFR) ou Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas. Sua escala se aplica a qualquer língua utilizada no continente europeu, portanto, não só inglês, mas também alemão, espanhol e muitas outras. O quadro foi organizado pelo Conselho Europeu em 1990 para promover a colaboração entre professores de línguas e melhorar a clareza nas avaliações de

proficiência, por exemplo, de candidatos a vagas de instituições educacionais nas áreas de pesquisa, ensino ou intercâmbio. O CEFR descreve em seis níveis de domínio o quão bem uma pessoa fala e entende um idioma. Os testes de inglês para avaliar níveis de proficiência são uma exigência para quem busca estudar em universidades no exterior. Os mais conhecidos são o IELTS, o TOEFL e o TOEIC. ■

HABILIDADES

- Entender e usar expressões do dia a dia e frases básicas.
- Apresentar-se ou apresentar os outros sabendo perguntar e responder a respeito de detalhes pessoais.
- Interagir com as pessoas de uma forma simples se elas falarem devagar.

HABILIDADES

- Entender frases e expressões comuns ou relacionadas a áreas de relevância imediata (ex.: informação pessoal e familiar, compras, geografia, emprego).
- Comunicar-se trocando informações curtas.
- Descrever aspectos da sua experiência e do ambiente.

HABILIDADES

- Entender colocações sobre assuntos conhecidos do trabalho, escola, lazer, etc.
- Lidar com a maioria das situações ao viajar para uma área onde se fala inglês.
- Produzir um texto simples sobre assuntos conhecidos ou de interesse pessoal.
- Descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças, ambições e opiniões.

HABILIDADES

- Entender as ideias principais de textos complexos em assuntos concretos e abstratos, incluindo discussões técnicas em sua área.
- Interagir com alguma fluência e espontaneidade sem esforço.
- Produzir textos claros e detalhados sobre uma grande variedade de assuntos e explicar pontos de vista.

HABILIDADES

- Entender uma grande variedade de textos longos e difíceis, e reconhecer significado implícito.
- Expressar ideias fluentemente e espontaneamente.
- Utilizar a linguagem com flexibilidade e eficácia para propósitos sociais, acadêmicos e profissionais.
- Produzir um texto claro, bem estruturado e detalhado sobre assuntos complexos, demonstrando uso de padrões de organização, coesão e articulação do discurso.

HABILIDADES

- Entender com facilidade praticamente tudo que é ouvido ou lido.
- Resumir informações de diferentes fontes faladas e escritas, reconstruindo argumentos e relatos em uma apresentação coerente.
- Expressar-se espontaneamente, com bastante fluência e precisão, diferenciando tons tênues de significado, mesmo em situações mais complexas.

A1 INICIANTE

A2 BÁSICO

B1 INTERMEDIÁRIO

B2 INDEPENDENTE

C1 AVANÇADO

C2 PROFICIENTE

- USOS E OBSERVAÇÕES**
- Comunicação simples com outros falantes do idioma.
 - Visita turística em países de língua inglesa.

- USOS E OBSERVAÇÕES**
- Esse nível é considerado elementar, serve para comunicar necessidades simples e básicas.
 - Permite socializar-se com outros falantes, mas não é suficiente para estudo acadêmico ou para consumir a maior parte da mídia em inglês.

- USOS E OBSERVAÇÕES**
- Esse conhecimento ainda não permite trabalhar ou estudar exclusivamente em inglês.
 - No trabalho, possibilita ler relatórios e escrever e-mails simples sobre assuntos em sua área.

- USOS E OBSERVAÇÕES**
- É o nível de quem fala inglês com confiança.
 - Permite agir de forma independente em ambientes acadêmicos e profissionais, porém com limitações de nuance e precisão.

- USOS E OBSERVAÇÕES**
- Permite atuar de forma independente e com bastante precisão em vários assuntos e em quase qualquer situação sem preparação prévia.
 - Garante funcionalidade completa no trabalho e em ambiente acadêmico e autonomia em um país com inglês como língua nativa.

- USOS E OBSERVAÇÕES**
- É o nível de quem pode ser descrito como bilíngue. Corresponde a um nível nativo.
 - Permite a leitura e escrita sobre qualquer assunto, expressão com sutilezas de emoções e opiniões e participação ativa em qualquer ambiente acadêmico ou profissional.

OS DEGRAUS DE CONHECIMENTO DE LÍNGUAS

POR QUE A BAIXA PROFICIÊNCIA EM INGLÊS É UMA RESTRIÇÃO PARA OS BRASILEIROS?

- Estudantes não podem acompanhar aulas no Reino Unido, Estados Unidos e outros lugares onde os cursos são dados no idioma.
- A participação de pesquisadores brasileiros em colaborações internacionais é limitada e eles não conseguem escrever para revistas científicas.
- Especialistas não aproveitam ao máximo os benefícios de encontros internacionais.
- Acadêmicos lidam mal com visitas e encontros com funcionários e estudantes de outros países.
- Professores não estão preparados com nível de instrução média em inglês.



O desafio DA LÍNGUA GLOBAL

Para **John Knagg**, Diretor Global de Inglês para Sistemas de Educação do British Council, a proficiência de gestores acadêmicos e professores é o primeiro passo para a aprendizagem do idioma

O que mais chama a sua atenção na situação da competência linguística em inglês no que diz respeito ao Brasil?

Ela reflete o tamanho do país, sua posição geográfica e geopolítica. A quinta maior nação do mundo tem um mercado interno gigante e monolíngue cujos parceiros comerciais mais próximos falam espanhol. Boa parte da população não tem necessidade de saber inglês, ao contrário de pequenos países da Europa com línguas menos usadas, como Holanda, Estônia e Grécia. Só recentemente o MEC brasileiro reconheceu o inglês como uma habilidade do século 21 para a participação global, ao exigir o ensino na educação básica. Chile, Colômbia e Uruguai priorizaram o idioma há mais tempo no currículo escolar.

Fernando Vivas

Quais as alternativas mais efetivas para aprimorar o conhecimento de estudantes e acadêmicos nas universidades?

Há quatro alavancas: currículo, ensino, avaliação e garantia de qualidade. Podemos olhar para cada uma delas no contexto do ensino superior brasileiro. Escolher o currículo certo (baseado em necessidades específicas dos alunos), os objetivos de ensino e materiais pressupõe a existência de um *staff* qualificado e especialista na área. Para o ensino, não basta aceitar qualificação universitária e nível avançado no idioma para dar aulas. Isso merece o professor de inglês, que detém um escopo de habilidades pedagógicas. A plataforma de desenvolvimento profissional contínuo Teaching for Success, do British Council, engloba 12 práticas profissionais diferentes para docentes. A terceira alavanca é avaliação e, em geral, existe falta de expertise nessa área. Há espaço para melhoria no registro dos avanços dos estudantes e no desenvolvimento de testes institucionais de proficiência. O elemento final é ter um sistema de gestão para garantir a qualidade de ensino e aprendizagem. Existem critérios de conhecimento público para monitorar e avaliar, como os do Accreditation UK, e eles podem ser adaptados para qualquer contexto.

No caso das universidades brasileiras, qual deve ser o foco da política de idiomas para impulsionar fortemente a internacionalização?

Vale a pena investir nos membros do *staff* acadêmico. Mesmo que não deem aulas em inglês, é provável que usem o idioma socialmente, em reuniões ou conferências internacionais, ao interagir com equipes multinacionais em projetos de pesquisa. Além disso, eles

precisam escrever artigos para publicações, propostas de pesquisa e de financiamento internacionais. Enquanto o acadêmico se sente responsável por seu avanço nessas habilidades especializadas, um departamento de línguas na universidade deve ser capaz de aconselhar e ensinar nessas áreas.

Quais são os passos essenciais para aprimorar competências linguísticas de educadores e estudantes?

De certa forma, o mais importante é a decisão da estratégia da universidade, explicitada em uma política de línguas documentada. De forma mais prática, a iniciativa mais crítica é melhorar as habilidades entre os gestores acadêmicos e professores, para assegurar a boa qualidade de ensino e aprendizagem de todos. Se tivesse de optar por uma única ação, contrataria um gestor acadêmico altamente qualificado, com experiência em desenhar, planejar e implementar programas de línguas. Quando os recursos são limitados, muitas vezes faz sentido investir na melhoria da liderança – isso tem grande impacto na qualidade dos professores e nos resultados dos alunos.

Quais ações do British Council estão em prática para melhorar o ensino de inglês na esfera global?

O British Council trabalha com governos, ministérios e autoridades locais ao redor do mundo. Produzimos relatórios sobre o status do idioma em sistemas universitários como o da Turquia e o da Ucrânia e há lições que podem inspirar outros. Os materiais estão acessíveis gratuitamente online (teachingenglish.org.uk). O Accreditation UK, que inspeciona e chancela cerca de 40 departamentos de inglês em universidades, também divulga critérios e relatórios na internet. ■

QUEM É JOHN KNAGG

Diretor Global de Inglês para Sistemas de Educação do British Council, está à frente de programas com ministérios e autoridades educacionais no mundo inteiro. É presidente do Accreditation UK, programa de certificação de qualidade de instituições e universidades do Reino Unido que oferecem cursos de inglês. Recentemente, cuidou de projetos de English Language Teaching (ELT) e English as a Medium of Instruction (EMI) em universidades na Coreia do Sul, Turquia e Reino Unido. Também é *fellow* da UK Academy of Social Sciences e membro do conselho de diretores da The International Research Foundation for English Language Education (TIRF).

Uma boa política linguística

Em Curitiba, na Fiep, participantes registram as principais ideias do seminário.

Marcelo Almeida

Análise da comunidade acadêmica e metas ajudam a definir uma estratégia

O Brasil abriga mais de 207 milhões de habitantes, sendo o 5º maior país do mundo em território e população. Mas, só 5% das pessoas têm algum conhecimento da língua inglesa, segundo levantamento do British Council. Na educação básica, a obrigatoriedade é recente e a carência na formação de professores torna a aprendizagem pouco efetiva nas escolas. Os alunos chegam defasados às universidades, que precisam agir para reverter o quadro, desenhando políticas de idiomas.

Segundo Bernard Spolsky, Professor e Di-

retor do Language Policy Research Center na Bar-Ilan University, em Israel, uma política de línguas possui três componentes interrelacionados: **as práticas de línguas** em uso pelos membros de uma comunidade linguística; **as crenças** dos membros sobre idiomas e **os esforços** de alguns deles para mudar essas práticas e crenças.

“As estratégias de cada instituição de ensino superior variam, mas em geral são precedidas de discussões e de uma análise sobre os conhecimentos de idioma de estudantes,

docentes e colaboradores. Foi assim na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), que em 2013 aderiu ao Idiomas sem Fronteiras, tornando-se um centro aplicador e Nucli. “Averiguamos, por meio de testes fornecidos pelo IsF, que aproximadamente 60% da nossa comunidade está no nível A2”, declara Joíra Martins, Assessora de Parcerias Internacionais da Secretaria de Relações Internacionais da instituição. Ela participou do desenho da política linguística da UFMT, que considerou as seguintes dimensões:

- 1 • Criação do Centro de Línguas
- 2 • Institucionalização de Exames Internacionais de Proficiência
- 3 • Expansão das ações de ensino em línguas adicionais
- 4 • Capacitação de servidores em línguas adicionais
- 5 • Comunicação Institucional em línguas adicionais

A proposta seguiu para análise do Conselho Universitário, e posteriormente a sua aprovação, deverá ser constituído um Comitê Permanente de Política Linguística, em caráter consultivo-deliberativo, com a finalidade de propor e acompanhar a implementação das ações em articulação com as instâncias superiores.

Outros contextos pedem investimentos em políticas diferenciadas. Simone Sarmento, do Nucli da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), explica que o elevado número de intercambistas falantes de espanhol estimulou a criação de um curso online autoformativo e um aplicativo de celular para familiarizar o estudante ao dia a dia acadêmico em língua portuguesa. Além disso, o Nucli da UFRGS auxilia professores que querem dar os primeiros passos em English as a Medium of Instruction (EMI), ministrando disciplinas em inglês. Simone participou da redação de um documento sobre política linguística para

AS 6 DIMENSÕES DO USO DE IDIOMAS EM UMA INSTITUIÇÃO

de produção e disseminação do conhecimento

de admissão

de comunicação

ensinado

usado na administração

usado como meio de instrução

I D I O M A

Fonte: Política linguística para internacionalização do ensino superior da Faubai

orientar as universidades, que contou com 10 especialistas e seis leitores críticos do Brasil todo e estará em breve no site da Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), no site www.faubai.org.br.

No Paraná, de modo a vencer a deficiência linguística da comunidade acadêmica, desde 2014 está em operação o programa Paraná Fala Inglês, reunindo diversas universidades, dentre elas a Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Federal de Ponta Grossa (UFGP). “Além de cursos preparatórios para o TOEFL iBT, em nível intermediário e pós-intermediário, desde 2017, ofertamos cursos para que a língua inglesa seja usada em contexto real, como o de inglês acadêmico e outros, para fins específicos”, diz Larissa Giordani Schmitt, representante dos coordenadores institucionais. ■

As grandes questões

Uma análise das necessidades de línguas de uma universidade pode ser feita tomando por base pesquisa quantitativa, entrevistas ou grupos de discussão qualitativa. Veja as perguntas relevantes consideradas pelos departamentos que lideram políticas de línguas, indicadas por John Knagg, do British Council. Ele ressalta que existe uma variedade de políticas de idiomas de universidades disponível na internet.

- 1 Quais são os valores e os objetivos da universidade relevantes para a internacionalização?
- 2 Quem são os principais interessados na política de línguas? Por exemplo: gestores, colaboradores administrativos e acadêmicos (atuais ou futuros), estudantes, parceiros de pesquisa, empregadores e autoridades governamentais.
- 3 Quais são os direitos, deveres e responsabilidades de cada grupo em relação aos idiomas?
- 4 Quais são as línguas que devem ser estudadas ou incluídas?
- 5 Quais são as habilidades e níveis de idiomas apropriados em cada caso?



Momento de discussão sobre política linguística no Seminário Universidades para o Mundo realizado em Salvador.

Fernando Vivas



A Coventry University, no Reino Unido, aposta em parcerias com empresas e universidades mundo afora.

Divulgação

INOVAR PARA CRESCER

A importância da pesquisa acadêmica fica evidente quando reflete aprimoramento de produtos e serviços que impactam as pessoas e a sociedade. No entanto, universidades e empresas têm discursos, intenções e ritmos bastante diferentes (incluindo as brasileiras). Por isso o desafio é ligar os dois polos e fazê-los funcionar em torno de interesses comuns. A criação conjunta vale o investimento alto e contínuo feito pelas fundações de amparo à pesquisa, espalhadas pelo país empenhadas em promover a inovação e o desenvolvimento econômico.

Do que os estudantes precisam? De perspectivas para o futuro. E o que as indústrias e as empresas querem dos recém-formados? Que pensem diferente e sejam capazes de desenvolver soluções criativas para seus problemas. Essas prerrogativas estimularam a aproximação entre a Coventry University, no Reino Unido, e várias indústrias. “Com as parcerias feitas com universidades e empresas ao redor do globo, a troca de conhecimento e a visão sobre as relações locais, regionais e internacionais têm sido muito enriquecedoras para os nossos pesquisadores”, ressalta Paul Noon, Vice-reitor de Empreendimento e Inovação da instituição. Atualmente, os projetos da universidade incluem desenvolver serviços para o setor de saúde de Yorkshire, o segmento automotivo e de veículos utilitários em Coventry e Londres, aviação e manufatura na Indonésia e no Brasil e colaboração entre indústria e universidade na China e na Índia.

Ensino no chão de fábrica

Um dos acordos com o Brasil envolve a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

(PUC-RJ) e a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) – eleita uma das 10 empresas mais inovadoras do país pela revista Forbes. Tanto engenheiros da FCA quanto docentes e estudantes da universidade carioca vão passar uma temporada na Coventry University para voltar com ideias para tornar seus carros mais sustentáveis. A universidade britânica também criou o The Institute for Advanced Manufacturing and Engineering (AME) em conjunto com a Unipart Manufacturing Group, indústria da área de engenharia. “É uma faculdade dentro da fábrica. Os estudantes se envolvem em projetos reais e recebem tutoria de engenheiros, ou seja, enquanto se preparam para a carreira, oxigenam as práticas dentro da empresa”, diz Noon, que ressalta o índice de empregabilidade dos formandos: 100%.

A relação entre conhecimento acadêmico e empregabilidade não é tão direta no Brasil. No Global University Employability Ranking 2017 do Times Higher Education (THE), a única universidade brasileira nas top 100 globais foi a Universidade de São Paulo (USP). Já em impacto, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é a primeira na América Latina.



Pedro Silveira

Paul Noon, da Coventry University: “Aliamos colaboração de pesquisa, ensino e empreendedorismo”.

“Universidades que formam lideranças internacionalmente nutrem centros de inovação e produzem formuladores de políticas públicas. Elas elevam os referenciais nacionais, definindo melhor as chances para o país num mundo que avança com base no conhecimento.”

“Inovação foi crucial para o bom desempenho nesse ranking e isso tem a ver com o posicionamento da Unicamp, que faz parcerias com o setor empresarial desde sua fundação, na década de 1960. Estruturamos novos processos para ter agilidade nas negociações e assim nos tornamos referência nesse tipo de interação com a indústria”, afirma Vanessa Sensato, Gerente de Comunicação da Inova, a agência de inovação da Unicamp. A universidade é a segunda maior patenteadora do país e faz mais de 30 projetos de pesquisa com empresas privadas por ano. O empreendedorismo é fomentado por ações, como a realização de competições de modelos de negócio, disciplinas voltadas para a área e a existência da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp (Incamp), criada em 2001. Parcerias internacionais, como a feita com a University of Cambridge Enterprise, escritório de transferência de tecnologia da University of Cambridge, no Reino Unido, possibilitam intercâmbios e cursos para docentes e alunos. Marcas globais como Motorola, Samsung e Lenovo têm

hoje seus laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento em Campinas (SP).

O sistema de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, formado por universidades federais, estaduais, municipais, privadas, faculdades e Fatecs, é privilegiado (veja o quadro abaixo). “A produção científica brasileira ainda é mediana. Uma das formas de melhorar a qualidade e aumentar a sua relevância na economia é a internacionalização”, defende Hernan Chaimovich, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A visão da Fapesp é tornar o estado de São Paulo um hub internacional de pesquisa reconhecido mundialmente. Outras fundações, como a Fapesp, do estado de Santa Catarina, também organizam programas de empreendedorismo. É o caso do Sinapse da Inovação, que já investiu R\$ 25 milhões em 5 edições, criando 400 startups e quase 2000 empregos, com um volume de negócios anual de R\$ 150 milhões. A iniciativa permite que o conhecimento acadêmico movimente a economia estadual. ■

Hernan Chaimovich,
Coordenador Adjunto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo • Fapesp

PESQUISADORES E INVESTIMENTO DE SÃO PAULO

74 mil pesquisadores no Estado



27,5 bilhões aplicados em pesquisa e desenvolvimento no Estado



Fonte: Fapesp, com dados de 2015



Vanessa Sensato apresenta a agência de inovação da Unicamp no seminário em Belo Horizonte.

Pedro Silveira

CONHEÇA OS OBJETIVOS DO PARQUE TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO DA UNICAMP

INTERAÇÃO

Ampliar a interação da universidade com demais atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

TECNOLOGIA

Implementar ações que facilitem o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e conhecimento.

P&D

Consolidar estruturas qualificadas de apoio administrativo às atividades de P&D.

INOVAÇÃO

Estimular e acolher startups e projetos inovadores de empresas em parceria com pesquisadores da Unicamp.

FORMAÇÃO

Ampliar as oportunidades de formação dos alunos da Unicamp.

INCUBAÇÃO

Apoiar projetos pré-residentes e de incubação de novas empresas.



Maquete do parque que abriga incubadora, prédio para startups e o Laboratório de Inovação em Biocombustíveis.



Fernando Vivas

IGUALDADE E INCLUSÃO

Vivemos em um país repleto de desigualdades regionais, étnico-raciais, socioeconômicas e no que diz respeito a oportunidades para pessoas com deficiência e com orientação sexual diversa. No âmbito da educação, todos esses problemas aparecem de forma gritante. “O ensino superior brasileiro sempre foi elitista”, diz Maria Clorinda Fioravanti, Vice-presidente de Pesquisa e Inovação da Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Na Escócia, a internacionalização da University of Glasgow promove a inclusão social que se reflete em rankings de educação superior.

Para corrigir desigualdades, o sistema brasileiro criou uma política de cotas para o ensino superior com a aprovação da Lei nº 12.711/2012. Na graduação, além das cotas distribuídas entre alunos de grupos desprivilegiados (de acordo com critérios de raça ou sociais), há outras ações inclusivas: política de bolsas e empréstimo para mensalidades em instituições pagas. As cotas atingem principalmente cursos federais e estaduais. Uma questão delicada e levantada ao longo do tempo é o impacto disso na formação: o ingresso no ensino superior de pessoas desprivilegiadas ou com deficiência, por exemplo, incide negativamente na qualidade?

O artigo *Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014* (publicado em 2017) revela que:

- não há diferença prática entre o conhecimento de alunos cotistas e o de colegas de classes não cotistas ao final do curso.
- não há diferença entre alunos cotistas por razões raciais ou sociais e os que não são cotistas.
- não há diferença entre cotistas e não cotistas em classes com média alta nos exames de conhecimento específico.
- não há diferença ao final da graduação entre alunos que receberam empréstimo pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e os que não receberam o benefício.

“O mito do rendimento do cotista é derubado quando o déficit de conhecimento desse aluno é corrigido enquanto ele estuda”, explica Clorinda.

A inclusão social é uma das prioridades na University of Glasgow, na Escócia, em sintonia

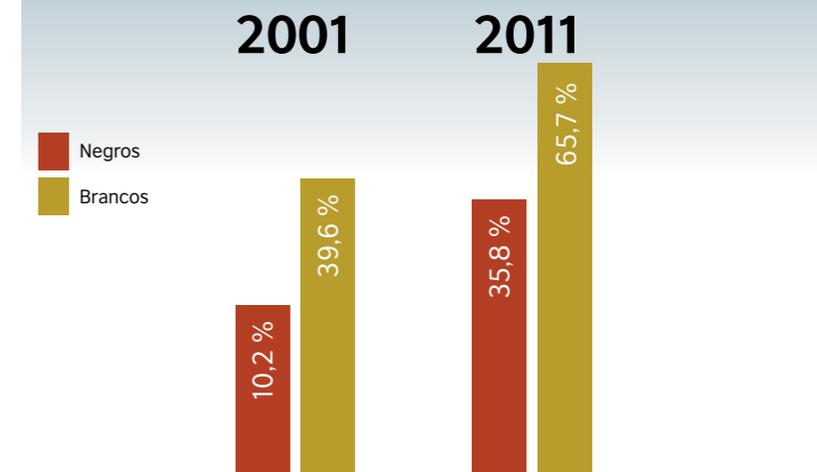
com sua internacionalização. A concessão de bolsas é comprometida com um esforço ético e global. Um exemplo: oito estudantes palestinos da Islamic University of Gaza, na Palestina, iniciaram em 2018 um programa de estudos em línguas modernas, financiado pelo Erasmus International. As duas universidades já tinham uma parceria de pesquisa. Centenas de acordos desse tipo e estratégias, como ter um diretor exclusivo para cuidar de mobilidade, levam a instituição a ter estudantes de 120 países. Os números impressionam: apenas 60% na graduação são escoceses, e, na pós-graduação, 55% dos alunos são estrangeiros. Em 2017, a University of Glasgow foi considerada a 19ª universidade internacionalizada no ranking Times Higher Education (THE), em 2017. “A reputação internacional passou a valer 25% da nota, por isso fomos tão bem”, explicou Rosa Greaves, Diretora Internacional para a América Latina. “Figurar no ranking pode parecer apenas marketing, mas dá visibilidade e traz financiamento para pesquisas e isso beneficia nossos alunos de dentro e de fora do Reino Unido”, analisa Rosa. ■

“A internacionalização é um caminho sem volta para oxigenar a pesquisa e o ensino. O racismo, sexismo e o desfavorecimento econômico não podem barrar o desenvolvimento e as oportunidades no ensino superior.”



Lázaro Cunha,
Diretor Geral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia • Fapesb

NEGROS E BRANCOS NO ENSINO SUPERIOR (DE 18 A 24 ANOS)



Fonte: IBGE



Pedro Silveira

Hernan Chaimovich

Professor Emérito do Instituto de Química da USP e Coordenador Adjunto da Diretoria Científica da Fapesp

Níveis de internacionalização

Uma proposta de análise reflexiva sobre qualidade e igualdade no ensino superior do Brasil

Como estão algumas das universidades brasileiras nos rankings internacionais? Proponho olhar para os critérios de algumas dessas avaliações e compreender os indicadores que as levam a essas posições.

Um dos mais citados sistemas de rankings é o do Times Higher Education (THE). Recentemente, ele publicou uma ordenação de universidades em que o critério central foi a empregabilidade dos graduados. A Universidade de São Paulo (USP) foi a única colocada brasileira entre as 100 primeiras. O THE ordena as universidades pela sua reputação e coloca a USP entre os lugares 91 e 100, num conjunto das melhores colocadas entre as 1.102 consideradas pelo THE no mundo. De acordo com sistema do World Top 20 Project, a lista das universidades da América Latina que mais se destacam inclui a Universidade Fede-

ral de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para este sistema de ordenamento de universidades, os critérios são econômicos e sociais.

Ao analisar posições é importante compreender os critérios usados por esse particular sistema e observar quais deles, especificamente, determinam a posição de uma universidade no ranking. A USP está colocada entre as posições 251 e 300 no THE World University Ranking, 2018. As pontuações da USP neste ranking em ensino (53) e pesquisa (56) são significativamente maiores que as obtidas pela mesma universidade quando os critérios se referem a impacto médio do conhecimento produzido (32), percentagem do investimento vindo do setor industrial (38) ou internacionalização (31).

Cada um dos rankings usa critérios distin-

tos, por isso a colocação das instituições pode variar expressivamente. Contudo, a análise desagregada dos critérios usados fornece pistas úteis para discussão de mudanças que podem ser convenientes e adequadas para cada caso. Não se trata de submissão a estratégias de mudança produzidas alhures, mas sim, como no caso da USP, reconhecer que, por exemplo, nessa universidade é muito recente a preocupação com internacionalização de docentes e alunos, bem como o impacto na produção intelectual.

Já no ranking do US News and World Report, USP, UFRJ e Unicamp ocupam o 1º, 3º e 5º lugar, respectivamente, entre as melhores da América Latina. Na ordenação global, as três universidades se posicionam em 153º, 338º e 344º lugar, respectivamente. Usando critérios distintos, este sistema avalia que a USP ocupa uma posição relativamente baixa no ranking global devido à má colocação em percentagem de publicações entre 1 e 10% mais citadas, baixo impacto das publicações, baixa percentagem de publicações com colaboração internacional bem como número de livros publicados por seus acadêmicos. As características que contam positivamente se referem, em geral, ao volume de produção, de citações ou conferências. Contam em direção oposta os indicadores de internacionalização e impacto.

Estes índices se repetem quando se comparam universidades de países distintos, como USP e Rutgers University, nos Estados Unidos. Os baixos indicadores de internacionalização, citações e estudantes estrangeiros da USP explicam em boa parte a distância no ranking do THE entre USP (201 – 250) e Rutgers University (123).

Nas últimas décadas, o Brasil passou a ocupar um lugar visível entre os maiores produtores globais de conhecimento. Recentemente, ocupava a 15ª posição entre os que mais produzem artigos científicos indexados pe-

lo WebofScience® ou o sistema da Scopus®. Mas a visibilidade ou o impacto desses trabalhos não acompanhou o aumento de volume. Há décadas, em quase a metade dos trabalhos indexados que têm Brasil no endereço pelo menos um dos autores trabalha em uma instituição paulista. Ao mesmo tempo, é relevante notar que a visibilidade (impacto) dos artigos em que um dos autores trabalha em São Paulo vem sendo significativamente maior que a média do impacto dos trabalhos do Brasil.

A internacionalização implica na implementação de programas de colaboração que contemplem instrumentos diversos, incluindo (mas não de forma exclusiva) a mobilidade de pesquisadores e estudantes. Estes programas necessariamente devem abranger a possibilidade de financiamento de projetos de pesquisa elaborados em conjunto entre parceiros aqui e no exterior.

Em resumo, é possível concluir que o impacto da ciência brasileira e o número de cientistas têm de crescer, e crescer com qualidade exige que a governança em universidades de pesquisa seja acadêmica. Ciência em universidades brasileiras tem de estar relacionada com fronteiras, já a ciência como um todo também deve atender a demandas nacionais, e, para isso, internacionalização e colaboração são essenciais. ■



Nas últimas décadas, o Brasil passou a ocupar um lugar visível entre os maiores produtores globais de conhecimento. Recentemente, ocupava a 15ª posição entre os que mais produzem artigos científicos indexados pelo WebofScience® ou o sistema da Scopus®.





Aldo Nelson Bona

Reitor da Unicentro e Presidente da Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem)

Questão de estratégia

Parcerias de pesquisa e ensino têm potencial para melhorar a competitividade do país e o desenvolvimento regional

A contribuição das instituições de ensino superior brasileiras para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e econômico do país tem passado por distintas fases. Se a partir de meados do século 20 o desafio foi a expansão horizontal do sistema, com a criação de cursos de graduação nas mais diversas áreas, a década de 1980 viu intensificar-se a verticalização do ensino superior, em uma ação articulada entre as próprias instituições de ensino superior (IES) e a Capes, agência vital para a organização e financiamento do sistema.

Nesse desenvolvimento, ao lado das IES federais, comunitárias e privadas, destacam-se as instituições estaduais e municipais. Reunidas no sistema da Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), elas contribuem para a democratização do acesso ao Ensino Superior, devido a sua capilaridade

em 22 estados do território nacional, sobretudo em regiões interioranas antes não contempladas pelo sistema público federal. Com 45 entidades associadas, números acima de 700 mil alunos em mais de 2 mil cursos de graduação (o que supera 45% das vagas públicas no Brasil), e mais de 1700 cursos de mestrado e doutorado, responsáveis por quase metade da produção científica nacional, a Abruem desempenha um importante papel.

Consolidado o sistema de pós-graduação no país, nos últimos anos o tema da internacionalização tem se apresentado como prioridade para as IES, tendo em vista o reconhecimento de que esse é um passo necessário para o avanço da ciência, da tecnologia e da educação, de forma colaborativa e não só com instituições de excelência em nível mundial como também com aquelas em fase de consolidação.

Nesse processo, novamente a Capes, contando de forma complementar e integrada com o papel de outras instituições, como as fundações estaduais de amparo à pesquisa e entidades como o British Council, tem sido vital para a compreensão e a condução para superação dos desafios e aproveitamento das oportunidades das IES em diferentes estágios de internacionalização.

Para as que se encontram em estágio avançado, os maiores desafios consistem em consolidar as parcerias existentes, atrair novos parceiros e alunos internacionais, aumentar o investimento, tornar as ações mais constantes, fazer com que elas irradiem para todas as instâncias, áreas e segmentos da IES, alcançando a internacionalização do currículo e a execução de uma política linguística, elementos vitais para a internacionalização em um modelo abrangente (*comprehensive internationalization*). Para as IES em estágio intermediário ou mesmo embrionário, os desafios passam pela instituição da política e das estratégias para a internacionalização, bem como pela difícil tarefa de identificar e conquistar instituições parceiras.

O cenário é de numerosas oportunidades de parcerias estratégicas. Para as avançadas, a articulação com grupos de excelência em pesquisa do exterior, tanto em relação à dinâmica interna em busca de uma educação internacional, como em relação à transferência da tecnologia oriunda de pesquisas aplicadas, melhorando a competitividade do país e o desenvolvimento regional. Essas oportunidades são otimizadas pelo fortalecimento do setor de relações internacionais, que pode organizar missões, prospectar negociações, dar visibilidade às ações realizadas, atraindo novos parceiros e alunos, envolvendo outros importantes atores como a diplomacia brasileira e as Secretarias de Estado. Para as IES em estágio intermediário ou inicial de interna-



A internacionalização se apresenta como um caminho sem volta para as IES brasileiras. Quanto antes e de forma mais abrangente elas assumirem o processo como prioritário em seu desenvolvimento institucional, melhor poderão superar os desafios e aproveitar as oportunidades.



cionalização, além do contato direto com parceiros do exterior, as oportunidades se multiplicam pela participação em redes como a Zicosur Universitária e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), ou em missões técnicas internacionais, como as que a Abruem promove anualmente, o que potencializa a visibilidade de todas as IES.

Uma coisa é certa: as instituições que aderem ao processo de internacionalização se credenciam cada vez mais a obter o apoio de órgãos de fomento nacionais e de organismos internacionais como o British Council, que lançou editais específicos: o Capacity Building & Internationalization for HE Programme e, em parceria com a Abruem, o Capacity Building & Internationalization for Abruem Institutions, com apoio das fundações de amparo à pesquisa.

A internacionalização se apresenta como um caminho sem volta para as IES brasileiras. Quanto antes e de forma mais abrangente elas assumirem o processo como prioritário em seu desenvolvimento institucional, melhor poderão superar os desafios e aproveitar as oportunidades, não pela internacionalização como um fim em si, mas como meio para articular conhecimentos globais para o avanço local, em seus diversos aspectos. ■



John James

Robin Mason

Vice-reitor da University of Birmingham, no Reino Unido

Parcerias bem sucedidas

Como duas universidades do Reino Unido conduzem uma estratégia conjunta com instituições no Brasil

Redes e parcerias assumiram destaque crescente nas estratégias de internacionalização. Tanto para o Reino Unido como para o Brasil, as incertezas econômicas e políticas aumentaram a importância do envolvimento de longo prazo entre as universidades desses países. A University of Birmingham e a University of Nottingham conduzem uma estratégia conjunta no Brasil desde 2011, além de suas respectivas atividades individuais. Pontuamos nesse artigo o que tem funcionado bem nessa experiência.

Não existe caminho único para sustentar relacionamentos bem-sucedidos. Mas, sem sombra de dúvida, as iniciativas de internacionalização de sucesso começam basicamente “em casa”. Para ser um parceiro de confiança no exterior é preciso ter clareza sobre prioridades estratégicas de uma instituição, seus pontos fortes de pesquisa, instalações e redes colaboração acadêmica. Pesquisadores de boa qualidade sempre encontrarão seus próprios colaboradores.

A chave para a liderança da universidade, portanto, é saber por que privilegiar áreas específicas de pesquisa e como elas funcionam em outras localidades geográficas.

Em parceria com instituições e centros de pesquisa brasileiros, obtivemos acesso a instalações, conhecimentos e oportunidades simplesmente indisponíveis em outros lugares. Em especial, conseguimos estabelecer a primeira presença local do Reino Unido no principal centro de pesquisa do Brasil, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (SP). Com isso, o Brasil se tornou o principal parceiro internacional do Centre of Membrane Proteins and Receptors (Compare), a principal empresa da aliança estratégica Birmingham-Nottingham.

As áreas identificadas de engajamento dependem de mecanismos apropriados de apoio, como esquemas de investimento financeiro inicial a financiamento progressivo para tornar os projetos competitivos e criar cadeias de atividades colaborativas. Podemos citar al-

guns exemplos: operamos um programa de bolsas com uma das principais universidades brasileiras e temos fundos de colaboração dedicados e atividades de incentivo econômico em parceria com as FAPs e bolsas de pós-graduação financiadas internamente e de forma colaborativa com a Capes.

Fontes externas de financiamento são essenciais para projetos de grande porte. Mas o financiamento interno, que é relativamente modesto, tem sido valioso no apoio a áreas prioritárias e na manutenção das colaborações de longo prazo. E não há dúvida de que criar talentos e investir em relacionamentos e experiência com parceiros brasileiros impulsiona candidaturas a financiamento externo de grande escala. Com frequência, licitações bem-sucedidas envolvem parcerias duradouras e com quem as sinergias e os pontos fortes complementares de pesquisa estão consolidados.

A credibilidade e a confiança nutridas mutuamente ao longo do tempo são fundamentais para que os pesquisadores cumpram prazos apertados sem comprometer a qualidade ou o objetivo científico. As colaborações mais desenvolvidas de pesquisa também são mais propensas a atrair os órgãos estaduais e federais de financiamento do Brasil.

Além da pesquisa, estabelecemos relações de base ampla, abrangendo a mobilidade estudantil, atividades colaborativas de ensino e aprendizagem, cursos de verão,

oficinas de trabalho e dupla diplomação. Cultivamos conexões administrativas para sustentar engajamentos em nível institucional e garantir sua eficácia. Para que continue assim, o engajamento estratégico com parceiros no exterior exige administração cuidadosa. Os relacionamentos devem ser contínuos. Uma equipe deve assumir a propriedade desses relacionamentos, interagir regularmente e ter proximidade com os principais colaboradores, entendendo os contextos e os desafios específicos. Apoiamos delegações regulares de nível sênior no Brasil e trabalhamos com colaboradores, redes de ex-alunos e funcionários locais para acompanhar o setor. Um cuidado especial é tomado com o planejamento da sucessão, para garantir que as conexões não sejam perdidas e incentivar colegas acadêmicos a participarem de relacionamentos estratégicos.

Também tem sido fundamental manter relações mais próximas com agências oficiais, como o British Council, que têm interesse em ver nossas colaborações prosperarem. Nós nos beneficiamos enormemente de seus conhecimentos, percepções e contatos e das oportunidades de interagir com delegações visitantes. Com a perspectiva de que a pesquisa e educação permaneçam sendo elementos importantes nas relações anglo-brasileiras, estamos comprometidos em ver nossos relacionamentos no Brasil continuarem a florescer. ■



Divulgação

Neville Wylie

Vice-reitor da University of Nottingham, no Reino Unido

Preparação para o futuro

British Council provoca debates a respeito da internacionalização das universidades brasileiras

Cases de sucesso e seminários para discutir os desafios e as oportunidades da internacionalização. Os participantes do evento Universidades para o Mundo estavam em busca de boas práticas para vencer obstáculos em suas instituições e miravam em resultados para impulsionar a educação brasileira. “País afora, falamos para quê, como e o porquê da internacionalização. O British Council levantou temáticas fundamentais, as mesmas apresentadas nessa publicação”, explica Diana Daste, Gerente Sênior de Projetos de Educação Superior e Fundo Newton do British Council.

Barreiras como baixo nível de inglês de professores, alunos e *staff*, falta de organização e estrutura para receber pesquisadores e estudantes estrangeiros, baixa participação de brasileiros em pesquisas em colaboração com profissionais do exterior foram os alvos. Em workshops, participantes refletiram sobre a construção de políticas linguísticas e planos de internacionalização.

As instituições de ensino superior brasileiras se mostraram empenhadas em aumentar sua relevância no cenário global de ensino e pesquisa, gerando condições e capacidades, em parceria com as suas contrapartes internacionais, para compreender as intervenções mais estratégicas e construir planos e processos de internacionalização.

Recursos governamentais que impulsionam essa agenda, em especial concedidos pela Capes, servem como um incentivo extra para as universidades. Quem ganha com esse aumento de qualidade é o estudante, que pesquisa, produz e se forma com mais chances de entrar no mercado e no mundo globalizado. O fortalecimento destas trocas, a identificação de caminhos sustentáveis para consolidação de parcerias estratégicas, o desenvolvimento de políticas e ações para melhoria da qualidade acadêmica e do diálogo bilateral encabeçam a lista dos próximos passos de preparação para o futuro. ■

UNIVERSIDADES PARA O **MUNDO**

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO



www.britishcouncil.org.br